



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto **contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal universitário em veículos tipo ônibus, micro-ônibus e van**, conforme itinerários abaixo:

DESTINO: <u>ITAPETININGA</u>								Valor unit. estimado / por km	Valor total por linha
Linha	Período	Veículo	Dias rodados no mês	Km diário	Km/mês	Km/semestre	Km/ano		
1	NOTURNO	ÔNIBUS (46 lugares)	22	115,00	2.530,00	12.650,00	25.300,00	R\$ 8,54	R\$ 216.062,00
2	INTEGRAL	A - ÔNIBUS (46 lugares)	22	146,00	3.212,00	16.060,00	32.120,00	R\$ 6,79	R\$ 218.094,80
		B - VAN (15 lugares)	22	126,00	2.772,00	13.860,00	27.720,00	R\$ 5,98	R\$ 165.765,60
3	NOTURNO	ÔNIBUS (46 lugares)	22	110,00	2.420,00	12.100,00	24.200,00	R\$ 8,74	R\$ 211.508,00
4	NOTURNO	ÔNIBUS (46 lugares)	22	124,00	2.728,00	13.640,00	27.280,00	R\$ 8,37	R\$ 228.333,60
5	NOTURNO	ÔNIBUS (46 lugares)	22	132,00	2.904,00	14.520,00	29.040,00	R\$ 7,74	R\$ 224.769,60
6	VESPERTINO	MICRO (26 lugares)	22	176,00	3.872,00	19.360,00	38.720,00	R\$ 5,44	R\$ 210.636,80
7	INTEGRAL	A - ÔNIBUS (46 lugares)	22	146,00	3.212,00	16.060,00	32.120,00	R\$ 6,85	R\$ 220.022,00
		B - ÔNIBUS (46 lugares)	22	135,00	2.970,00	14.850,00	29.700,00	R\$ 7,77	R\$ 230.769,00
		C - ÔNIBUS (46 lugares)	22	140,00	3.080,00	15.400,00	30.800,00	R\$ 7,34	R\$ 226.072,00
14	NOTURNO	VAN (15 lugares)	22	140,00	3.080,00	15.400,00	30.800,00	R\$ 5,65	R\$ 174.020,00

DESTINO: <u>TATUI</u>								Valor unit. estimado / por km	Valor total por linha
Linha	Período	Veículo	Dias rodados no mês	Km diário	Km/mês	Km/semestre	Km/ano		
8	INTEGRADO	VAN (15 lugares)	22	197,00	4.334,00	21.670,00	43.340,00	R\$ 4,32	R\$ 187.228,80
9	NOTURNO	VAN (15 lugares)	22	192,00	4.224,00	21.120,00	42.240,00	R\$ 4,37	R\$ 184.588,80

DESTINO: <u>SOROCABA</u>								Valor unit. estimado / por km	Valor total por linha
Linha	Período	Veículo	Dias rodados no mês	Km diário	Km/mês	Km/semestre	Km/ano		
10	MATUTINO	VAN (15 lugares)	22	311,50	6.853,00	34.265,00	68.530,00	R\$ 4,14	R\$ 283.714,20
11	NOTURNO	ÔNIBUS (46 lugares)	22	278,00	6.116,00	30.580,00	61.160,00	R\$ 5,54	R\$ 338.826,40
		VAN (15 lugares)	22	18,00	396,00	1.980,00	3.960,00	R\$ 16,25	R\$ 64.350,00

DESTINO: <u>BURI</u>								Valor unit. estimado / por km	Valor total por linha
Linha	Período	Veículo	Dias rodados no mês	Km diário	Km/mês	Km/semestre	Km/ano		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Linha	Período	Veículo	Dias rodados no mês	Km diário	Km/mês	Km/semestre	Km/ano		
12	INTEGRAL	ÔNIBUS (46 lugares)	22	60,00	1.320,00	6.600,00	13.200,00	R\$ 11,44	R\$ 151.008,00
13	NOTURNO	VAN (15 lugares)	22	47,00	1.034,00	5.170,00	10.340,00	R\$ 7,75	R\$ 80.135,00

ATENÇÃO:

OS PONTOS, HORÁRIOS DE SAÍDA E RETORNO SERÃO INFORMADOS A EMPRESA VECENDORA COM A CONFIRMAÇÃO DOS MATRICULADOS NAS RESPECTIVAS UNIVERSIDADES BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO DA GRADE DE HORÁRIOS PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

1.2 O objeto deste procedimento não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

1.3 O prazo de vigência do contrato oriundo do presente procedimento será de 12 (doze) meses, a partir da Ordem de Início de Serviços e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do caput dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

2. DO OBJETIVO

2.1 A contratação tem como objetivo a prestação de serviços de transporte universitário por meio de veículos tipo ônibus, micro e van para atender aos alunos universitários durante o ano letivo de 2025. A Prefeitura Municipal de Angatuba reconhece a educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade. Com base nesse entendimento, destaca-se a necessidade de apoiar os estudantes universitários do município que frequentam instituições de ensino superior em outras cidades, como Itapetininga, Buri, Tatuí e Sorocaba. Esses deslocamentos são indispensáveis para que os estudantes tenham acesso à formação acadêmica e profissional que, muitas vezes, não está disponível dentro do próprio município. Angatuba conta com uma significativa demanda de estudantes que precisam se deslocar diariamente ou em dias específicos para essas cidades. No entanto, muitos desses alunos enfrentam dificuldades financeiras para arcar com os custos de transporte por conta própria, o que compromete a continuidade de seus estudos. Dessa forma, uma das principais intenções da contratação do serviço de transporte universitário é fornecer, de forma gratuita, um meio de deslocamento seguro, regular e eficiente, assegurando que os estudantes possam frequentar suas instituições de ensino sem que o custo do transporte se torne um obstáculo para sua formação.

A prestação desse serviço demonstra o compromisso da administração municipal com a promoção da igualdade de oportunidades e o apoio à educação como ferramenta de transformação social. Disponibilizar transporte sem custo para os estudantes não apenas contribui para reduzir a evasão escolar, mas também promove maior inclusão social, garantindo que a educação seja um direito efetivamente acessível a todos. Além disso, esse serviço representa um investimento estratégico no potencial humano da cidade, ao possibilitar que os jovens desenvolvam competências necessárias para contribuir com o desenvolvimento econômico e social de Angatuba.

A escolha de realizar o processo por meio de pregão justifica-se pela busca de uma contratação eficiente e econômica, que atenda aos princípios da administração pública, como legalidade, eficiência, transparência e economicidade. A concorrência entre os interessados garantirá que o serviço seja contratado por um valor justo, sem prejuízo da qualidade e da segurança dos estudantes.

Portanto, a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de transporte universitário às cidades de Itapetininga, Buri, Tatuí e Sorocaba é indispensável para atender às necessidades dos estudantes de Angatuba. A gratuidade desse serviço reforça o compromisso da Prefeitura em oferecer condições para que os jovens tenham acesso ao ensino superior, fomentando o desenvolvimento educacional e profissional da população e contribuindo para a formação de cidadãos capacitados que poderão impulsionar o progresso do município no futuro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

- 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
 - 3.1 A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em item específico do ETP.
- 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
 - 4.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em item específico do ETP.
- 5. DA ADEÇÃO À ATA DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE**
 - 5.1 Não se aplica.
- 6. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**
 - 6.1 **O prazo de vigência do contrato oriundo do presente procedimento será de 12 (doze) meses, a partir da Ordem de Início de Serviços e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do caput dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.**
 - 6.2 Para abertura da licitação deverá ser verificado a disponibilidade financeira, com a devida reserva, e para a formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver o respectivo empenho.
 - 6.3 Os contratos decorrentes da licitação poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.
 - 6.4 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos a contar da Notificação e apresentar toda documentação exigida no item 10, deste Termo de Referência, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.
 - 6.5 **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.**
 - 6.6 Até a data da assinatura do contrato poderá ser eliminada da licitação a licitante vencedora que tenha apresentado documentos ou declarações incorretas, podendo ser chamada à segunda colocada para que assumas nas mesmas condições ofertadas pela primeira vencedora, se assim o desejar.
 - 6.7 É facultada a administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, no mesmo prazo e nas mesmas condições propostas, pela licitante vencedora, ou revogar a licitação conforme determina a Lei.
 - 6.8 O vencedor deverá manter durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação.
 - 6.9 **Fica vedada a transferência total ou parcial do contrato, sob pena de rescisão deste, suspensão temporária de licitar ou contratar com a Administração, conforme item 9 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, subitem 9.4 – Da Subcontratação, além da multa contratual constante no Edital.**
 - 6.10 Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do(s) adjudicatário(s) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Nacional (Receita Federal) e Certidão de Regularidade com a Justiça do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - 6.11 A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos serviços contratados.
 - 6.12 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21, sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital.
- 7. DO CADASTRO RESERVA**
 - 7.1 Não se aplica, nos termos do Decreto Municipal nº 729/2023.
- 8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**
 - 8.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

8.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA** e isso motivar a paralisação do serviço, esta incorrerá nas penalidades previstas na Edital e não será paga a atualização de valor.

8.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a **CONTRATADA** se obriga em fornecer, a cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, **é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.**

8.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

8.3.2 Os serviços deverão ser medidos pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a Contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato sobre serviços já efetuados, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.

8.3.3 A paralisação dos serviços por esta razão sujeitará a contratada às sanções contratuais e previstas no Contrato.

8.4 A obrigatoriedade da Contratada em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigorará para todo o período do Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos serviços.

8.5 Os preços que vigorarão no contrato corresponderão aos preços unitários por km propostos, com data base o mês de apresentação da proposta.

8.6 Referidos preços, constituirão a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.7 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usada a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 As particularidades de cada linha estão contidas nas respectivas especificações dos serviços na planilha constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2 **O objeto possui caráter continuado, fundamental para a manutenção das atividades do Setor requisitante, cujo fornecimento possui necessidades permanentes ou prolongadas.**

9.3 **Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:**

9.3.1 Sustentabilidade e/ou Acessibilidade

9.3.1.1 De acordo com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** da Advocacia-Geral da União (AGU), a sustentabilidade e a acessibilidade são aspectos importantes que devem ser considerados em processos licitatórios, incluindo a contratação de serviços de transporte escolar. Abaixo, estão os principais critérios e práticas relacionados a esses dois conceitos, especificamente para o transporte escolar de alunos.

Sustentabilidade no Transporte Escolar

A sustentabilidade nas licitações de transporte escolar envolve práticas que visam reduzir os impactos ambientais, promover a eficiência energética e adotar soluções que respeitem os princípios de preservação ambiental.

Os veículos deverão estar com conformidade com a legislação vigente do Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 14.071 de 13/10/2020.

Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores conforme legislação vigente.

Acessibilidade no Transporte Escolar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

A acessibilidade no transporte escolar visa garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, possam utilizar os serviços de transporte de forma segura e digna.

Os veículos deverão atender, no que couber, à Resolução CONTRAN Nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, às características de acessibilidade.

A adoção de práticas de sustentabilidade e acessibilidade no transporte escolar não só garante a proteção ambiental e a inclusão social, mas também contribui para a criação de um sistema educacional mais eficiente, seguro e justo. A licitação que leva esses aspectos em consideração resulta em um serviço de transporte escolar de maior qualidade e impacto positivo para toda a comunidade.

9.4 Da Subcontratação

9.4.1 Para a contratação em questão, é vedada a subcontratação do serviço.

9.5 Garantia da contratação

9.5.1 **Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.**

9.6 Garantia dos produtos

9.6.1 O prazo de garantia dos produtos/serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A empresa contratada deverá apresentar como condição para a assinatura do contrato a documentação do veículo em nome da empresa que prestará os serviços, devendo o veículo ser tipo Van/Onibus/Micro Ônibus, conforme especificado nesse Anexo e ter ano de fabricação de no máximo 05 (cinco) anos para Van e Micro e 10 (dez) anos para ônibus, **TODOS COM AR CONDICIONADO**. Será admitida a comprovação de propriedade através de contratos de leasing e arrendamento mercantil, na forma da lei.

10.2 A empresa contratada deverá apresentar a apólice de seguro do veículo que deverá conter no mínimo o que segue:

10.3 Deverá ter cobertura de danos em favor de terceiros e dos passageiros transportados sendo no mínimo cobertura:

- a) 20.000 por passageiros com cobertura para morte, invalidez;
- b) 30.000 contra danos materiais a terceiros;
- c) 30.000 contra danos corporais a terceiros.

10.3.1 O seguro não pode ser cancelado durante a vigência do Contrato.

10.3.2 Em caso de parcelamento do seguro a empresa contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o pagamento da parcela correspondente ao mês vencido.

10.4 A empresa contratada deverá apresentar o licenciamento, recolhimento de IPVA e do seguro obrigatório, devidamente recolhido do veículo.

10.5 A empresa contratada deverá obedecer à legislação do CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e normativas da ARTESP conforme Decreto Estadual vigente, bem como apresentar além do certificado de registro e licenciamento do veículo, o Registro deste veículo com validade vigente perante a ARTESP – Agência Reguladora de viagens do Estado de São Paulo.

10.6 A empresa contratada deverá apresentar os seguintes documentos com relação ao motorista/conductor e no que aplicar aos 02 (dois) funcionários administrativos:

10.6.1 Cópia autenticada ou original do Atestado de antecedentes criminais e certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores do motorista/conductor.

10.6.2 Prova de vínculo empregatício, do(s) motorista(s) e dos 02 (dois) funcionários administrativos, exibindo um dos seguintes documentos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

10.6.3 Contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, no caso de contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme disposições da Súmula 25 do tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

10.6.4 Cópia(s) autenticada(s) do(s) Certificado(s) de Propriedade do(s) veículo(s) a ser (em) utilizado(s) para prestação dos serviços, devendo o veículo(s) e ter ano de fabricação conforme exigências desse instrumento.

10.6.4.1 Em caso de eventuais prorrogações, os veículos utilizados na prestação de serviços deverão obedecer aos critérios já estabelecidos devendo o veículo ter ano de fabricação conforme exigências desse Anexo.

10.7 O prazo indicado no item 10.6.4.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas na Lei 14.133/2021.

10.8 Para todo serviço prestado objeto da presente licitação deverá ser elaborado relatório da qual conste local, quantidade de km percorrido e assinatura de funcionário que utilizar-se dos serviços, com visto e autorização da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.

10.9 A empresa deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável indicado para este fim da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento para a prestação dos serviços, devendo manter o veículo em boas condições de uso e em caso de avaria impedindo o veículo de realizar o transporte deverá ser imediatamente substituído por outro veículo com capacidade igual ou superior após o momento em que se ocorreu a avaria.

10.10 A empresa contratada fornecerá motorista(s) devidamente habilitado(s), sendo a categoria da habilitação compatível com o tipo de veículo utilizado, bem como arcará com as despesas de combustível, manutenção total do(s) veículo(s), respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos.

10.11 A empresa contratada deverá apresentar demonstrativo que os motoristas indicados para a prestação dos serviços não têm pontuação, multas graves ou gravíssimas registradas na CNH;

10.12 A empresa contratada manterá o veículo sempre a disposição da Secretaria que mediante entendimento entre os usuários do serviço deverá cumprir o roteiro determinado diariamente/ou outro período, para a prestação dos serviços.

10.13 A empresa contratada deverá dispor de 02 (dois) funcionários administrativos para fazer a gestão dos universitários e atender as normas emanadas pela administração

10.13.1 A empresa **DEVERÁ TER UMA GARAGEM NO MUNICÍPIO** aonde ficarão além de sua frota os 02 (dois) funcionários administrativos, no qual terá o prazo de 60 (sessenta dias) para instalação.

10.14 Eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

10.15 A empresa contratada assume integral responsabilidade na contratação do empregado (motorista e dos funcionários administrativos) envolvido na realização dos serviços propostos, sendo considerada como única EMPREGADORA, sendo de inteira responsabilidade de a empresa contratada fazer com que o motorista respeite a sinalização e obedeça ao limite de velocidade regulamentar.

10.16 Manter o veículo em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre nos para-brisas da frente e do fundo ou lateral do veículo os respectivos dizeres: A serviço da Prefeitura Municipal de Angatuba.

10.17 Não será permitida a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir:

- a) Excesso de passageiros ou passageiros sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.
 - b) Desenvolver velocidade acima da regulamentar;
 - c) Pôr em risco a segurança própria e alheia;
 - d) Dirigir ou permitir que alguém dirija sem habilitação;
 - e) Uso de equipamentos (pneus, freios, direção, etc.) impróprios ou defeituosos;
 - f) Ingerir bebida alcoólica durante a realização dos serviços;
 - g) Deixar de cumprir a determinação da Secretaria de Municipal de Governo e Comunicação no tocante aos serviços;
 - h) O não comparecimento injustificado ao local convencionado;
 - i) No caso de substituição do veículo, substituir por outro com menor número de assentos exigidos.
- 10.18 O não cumprimento ao acima determinado implicará a empresa contratada nas penalidades citadas nesse Termo de Referência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

10.19 A Prefeitura rejeitará, todo ou em parte serviços em desacordo com o estabelecido nesse Termo de Referência.

10.20 A empresa contratada responderá civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo/ culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar/causar por si ou seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros.

10.21 A empresa contratada deverá manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação Referência.

Demais exigências:

a) Para o motorista, não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses – CTB, art. 138, inciso IV;

b) Para o motorista, estarem devidamente identificados para ser possível a visualização dos usuários e responsáveis, ou seja, com uniforme ou crachá de identificação.

c) Todos os veículos deverão ter ar condicionado.

d) A empresa **DEVERÁ TER UMA GARAGEM NO MUNICÍPIO** aonde ficarão além de sua frota os 02 (dois) funcionários administrativos, no qual terá o prazo de 60 (sessenta dias) para instalação.

10.22 Em caso de eventuais prorrogações, os veículos utilizados na prestação de serviços deverão obedecer aos critérios já estabelecidos devendo o veículo ter ano de fabricação conforme exigência contida no item 10.1 deste TR.

10.23 Para todo serviço prestado objeto da presente licitação deverá ser elaborado **relatório da qual conste local, quantidade de km percorrido e assinatura de funcionário que utilizar-se dos serviços, com visto e autorização da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação**. Com percurso estimado, podendo a quilometragem ser maior ou menor dependendo do itinerário estabelecido pela Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.

10.24 A licitante vencedora, deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável, indicado para este fim, da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação para a prestação dos serviços, devendo **manter o veículo em boas condições de uso e em caso de avaria impedindo o veículo de realizar o transporte deverá ser imediatamente substituído por outro veículo com capacidade igual ou superior após o momento em que se ocorreu a avaria**.

10.24.1 A licitante vencedora deverá estar ciente de que a contratante **poderá instalar chips de rastreamento nos veículos**, com a finalidade de monitoramento, fiscalização e segurança dos usuários, sendo o custo da instalação de responsabilidade da prefeitura.

10.25 A empresa vencedora fornecerá motorista(s) devidamente habilitado(s), sendo a categoria da habilitação compatível com o tipo de veículo utilizado, bem como **arcará com as despesas de combustível, manutenção total do(s) veículo(s), contratação desses motoristas**, respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos.

10.26 A empresa vencedora manterá o veículo sempre a disposição da Secretaria que mediante entendimento entre os usuários do serviço deverá cumprir o roteiro determinado diariamente, para a prestação dos serviços.

10.27 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora.

10.28 A empresa vencedora assume integral responsabilidade na contratação do empregado (motorista/funcionário administrativo) envolvido na realização dos serviços propostos, sendo considerada como única EMPREGADORA, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora fazer com que o motorista respeite a sinalização e obedeça ao limite de velocidade regulamentar.

10.29 O vencedor deverá manter o veículo em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre nos para-brisas da frente e do fundo ou lateral do veículo os respectivos dizeres: A serviço da Prefeitura Municipal de Angatuba.

10.30 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com este TR.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

10.31 A empresa vencedora responderá civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros.

10.32 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas neste Termo de Referência.

11. DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO

11.1 O objeto do presente TR será recebido:

11.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

11.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade/quantidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa Contratada, consequente aceitação.

11.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma do item 11.1 deste TR, a Contratante poderá:

a) se disser respeito aos serviços, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal Governo e Comunicação **imediatamente** depois de constatado a irregularidade;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

12.1 A fiscalização será exercida por servidor indicado, formalmente designados para o acompanhamento da contratação e da prestação dos serviços, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

12.2 Ao servidor investido na função de fiscal, especialmente designado pela Administração, compete:

12.2.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

12.2.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição/correção dos serviços, que apresente defeito insanável durante seu uso e/ou irregularidade em sua execução, no prazo imediato, conforme item 11.2 deste TR;

12.2.3 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

12.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior do órgão, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

12.4 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

12.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Edital e na legislação vigente;

12.6 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do órgão e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

12.7 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13. DO PAGAMENTO

13.1 FORMA DE PAGAMENTO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

13.1.1 O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2 PRAZO DE PAGAMENTO

13.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante **atestar a execução do objeto do contrato, através de relatório/planilha, constando número de dias, local, quantidade de km rodados, devidamente conferida pelo fiscal do contrato, cuja nota fiscal deverá estar** acompanhada dos comprovantes de regularidade perante o FGTS e Fazenda Nacional (Receita Federal) e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO.

13.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.3.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência.

13.3.2 Quando houver glosa parcial do objeto, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

13.3.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13.3.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme item 13.2.2 deste TR.

13.3.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.3.7 Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.3.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.3.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.3.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

13.3.11 Quando do pagamento, será efetuada retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

13.3.12 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.3.13 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

14.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Global**.

14.2 Forma de fornecimento

14.2.1 O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, nas condições supracitadas neste TR.

14.3 Exigências de habilitação

14.3.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Certidão de Regularidade Junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça); e
- c) Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

14.3.1.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), visto que esse abrange o cadastro no CNJ, do CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

14.3.1.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15. PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

15.1 Habilitação Jurídica

15.1.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

15.1.2 No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.1.4 **Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

15.1.5 No caso de sociedade simples: **inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas** do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.1.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: **decreto de autorização**;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

15.1.7 Apresentação de cópia dos documentos de identidade do sócio ou de seu representante legal;

15.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.2.1 **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

15.2.2 **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual**, quando houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.2.3 **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.2.4 **Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação da certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos tributários da dívida ativa do estado, emitido pela Procuradoria Geral do Estado, nos limites de sua validade, da sede ou do domicílio do licitante;

15.2.5 **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), referentes aos tributos mobiliários (ISS) expedida pelo Município em que estiver situada;

15.2.6 **CRF – Certificado de Regularidade do FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;

15.2.7 **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.2.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.3 Qualificação Econômico-financeira

a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021.

b) **Balanco Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando, para cada exercício:

Índice econômico	Resultado
Liquidez Geral (LG)	≥ 1,00
Liquidez Corrente (LC)	≥ 1,00
Solvência Geral (SG)	≥ 1,00

b.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

b.2) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

15.2.3.1. Nos termos da Súmula nº 50 do TCESP, para a certidão que se refere a alínea “a”, caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, este deverá ser comprovar o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

15.2.3.1.1. As certidões serão consideradas válidas a partir da data da sua emissão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, se outro prazo não constar do documento.

15.4 Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades e prazos, com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestados fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado do lote.

15.4.1. A análise do quantitativo constante do subitem anterior poderá ser aferida através do somatório de qualquer dos itens constantes do lote, vez que estes foram licitados por produtos afins.

15.4.2. O quantitativo previsto na alínea “a”, poderá ser comprovado por intermédio da apresentação de múltiplas Certidões ou Atestados.

15.4.3. O(s) Atestado(s) dever(ão) ser apresentados em papel timbrado, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação e cargo.

15.4.4. O(s) Atestado(s) poderá(ão) ser objeto(s) de diligência, a critério desta Prefeitura, para verificação de autenticidade de seu(s) conteúdo(s).

15.4.5. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 O valor total da contratação foi estimado em R\$ 3.615.904,60 (três milhões, seiscentos e quinze mil, novecentos e quatro reais e sessenta centavos)

16.2 O custo estimado total da contratação consta da Nota Técnica – Relatório de Pesquisa de Preços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

17.2 Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no futuro Contrato;

17.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido e/ou serviço executado, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;

17.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

17.6 Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.7 Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto/execução dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidas no Contrato;

17.8 Aplicar à Contratada as sanções previstas em Lei e no futuro Contrato;

17.9 Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

17.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.10.1 O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

17.11 Notificar os emitentes da(s) garantia(s) no Contrato, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.12 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1 Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

18.2 Executar os serviços, objeto deste TR, de acordo com as especificações, prazos e locais conforme planilha constante no item 1.1 do Termo de Referência, bem como emitir a referida Nota fiscal referente aos serviços;

18.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17, 20 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

18.4 Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.5 Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do Contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

18.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado deste Termo de Referência, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e/ou dos materiais empregados;

18.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.8 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

18.9 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

18.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

18.11 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

18.12 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

18.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;

18.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

18.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.17 Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

18.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, se for o caso, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

18.20 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

18.21 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

18.22 Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência;

18.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.24 Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

18.25 **Autorizar a CONTRATANTE a instalar Chip de rastreamento nos veículos para fins de controle e fiscalização, bem como visando a segurança dos usuários.**

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas pelas dotações orçamentárias já consignadas no orçamento de 2025. Os empenhos serão gerados no momento da assinatura dos contratos, com impacto na LOA de 2025.

Angatuba/SP, 26 de dezembro de 2024.

ISAIAS RODRIGUES DA SILVA
Secretário Municipal de Governo e Comunicação / nº de matrícula: 2842

Fiscal Jadiel Gustavo da Silva
Cargo / matrícula: 3998